

**Demonstrações Contábeis**

**Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial .....	3
Demonstração do resultado .....	5
Demonstração do resultado abrangente .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**  
Recife - PE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes**

Conforme mencionado na nota explicativa 3, em decorrência de mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2020, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na NBC TG 26(R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6



Henrique Piereck de Sá  
Contador CRC PE023398/O-3

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ativo				(reapresentados)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.595	3.770	4.187
Aplicações financeiras	5	-	14.720	33.303
Concessionárias e permissionárias	6	9.751	7.675	9.308
Tributos a recuperar	8	2.205	8.182	2.870
Estoques		2.779	2.894	2.894
Ativo da concessão	9	83.569	87.415	87.414
Despesas antecipadas		20	29	2
Outros créditos		302	102	96
		<b>113.221</b>	<b>124.787</b>	<b>140.074</b>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito	7	10.873	11.560	12.560
Ativo da concessão	9	994.365	965.154	951.453
Ativo de direito de uso		93	322	-
Imobilizado		2.681	2.652	1.260
Intangível		-	-	1
		<b>1.008.012</b>	<b>979.688</b>	<b>965.274</b>
Total do ativo		<b>1.121.234</b>	<b>1.104.475</b>	<b>1.105.348</b>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	10	9.968	10.842	13.155
Empréstimos e financiamentos	11	33.294	33.399	33.400
Arrendamentos a pagar		100	279	-
Tributos a recolher	8	1.214	2.168	1.185
Obrigações estimadas		828	808	778
Dividendos a pagar	17	16.439	-	17.134
Outras contas a pagar	12	9.250	8.715	11.840
		<b>71.093</b>	<b>56.211</b>	<b>77.492</b>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	153.431	186.232	218.523
Arrendamentos a pagar		-	30	-
PIS e Cofins diferidos	13	99.709	97.363	96.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	56.298	44.212	56.076
		<b>309.438</b>	<b>327.837</b>	<b>370.694</b>
Patrimônio líquido	17			
Capital social		570.000	570.000	570.000
Reservas de lucros		170.703	150.427	87.162
		<b>740.703</b>	<b>720.427</b>	<b>657.162</b>
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>1.121.234</b>	<b>1.104.475</b>	<b>1.105.348</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional líquida	18	<b>114.343</b>	(reapresentado) 93.034
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	19	<b>(10.971)</b>	(14.329)
Lucro operacional bruto		<b>103.372</b>	78.705
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	<b>(4.421)</b>	(4.214)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<b>1.031</b>	7.978
		<b>(3.390)</b>	3.764
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<b>99.982</b>	82.469
Resultado financeiro			
Receita financeira	22	<b>1.487</b>	4.556
Despesa financeira	22	<b>(12.583)</b>	(17.972)
		<b>(11.096)</b>	(13.416)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>88.886</b>	69.052
Impostos sobre o lucro:			
Corrente	14	<b>(1.470)</b>	(5.617)
Diferido	15	<b>(12.085)</b>	11.864
		<b>(13.555)</b>	6.247
Lucro líquido do exercício		<b>75.331</b>	75.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	75.331	(reapresentado) 75.299
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>75.331</u>	<u>75.299</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	570.000	14.605	7.426	72.484	35.030	(42.383)	657.162
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(12.034)	-	(12.034)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.299	75.299
Destinação do lucro: (Nota 17)							
Constituição de reserva legal	-	3.723	-	-	-	(3.723)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	3.415	-	-	(3.415)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	16.830	(16.830)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	50.490	-	(50.490)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	570.000	18.328	10.841	122.974	39.826	(41.542)	720.427
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(38.616)	-	(38.616)
Complemento de reserva de incentivos fiscais	-	-	29	-	-	(29)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	75.331	75.331
Destinação do lucro: (Nota 17)							
Constituição de reserva legal	-	3.767	-	-	-	(3.767)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	5.808	-	-	(5.808)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(16.439)	(16.439)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.746	-	(7.746)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>570.000</b>	<b>22.095</b>	<b>16.678</b>	<b>130.720</b>	<b>1.210</b>	<b>-</b>	<b>740.703</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do fluxo de caixa – Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
		(reapresentado)
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>88.886</b>	69.052
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa		
Depreciação e amortização	<b>259</b>	268
Depreciação do direito de uso	<b>406</b>	290
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>12.388</b>	16.298
Juros sobre passivo de arrendamento	<b>20</b>	12
Rendimento de aplicações financeiras	<b>(898)</b>	(2.483)
Remuneração dos ativos da concessão	<b>(113.986)</b>	(96.927)
Receita financeira dos ativos da concessão	<b>(497)</b>	(1.077)
Créditos tributários extemporâneos	<b>-</b>	(8.088)
PIS e Cofins diferidos	<b>2.346</b>	1.266
	<b>(11.076)</b>	(21.388)
(Acréscimo) decréscimo nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	<b>(2.076)</b>	1.633
Tributos a recuperar	<b>6.103</b>	3.272
Estoques	<b>115</b>	-
Ativo da concessão	<b>89.116</b>	84.302
Despesas antecipadas	<b>9</b>	(26)
Outros créditos	<b>(199)</b>	(6)
	<b>93.068</b>	89.175
Acréscimo (decréscimo) nos passivos		
Fornecedores	<b>(874)</b>	(2.313)
Tributos a recolher	<b>(1.112)</b>	(1.067)
Obrigações estimadas	<b>22</b>	28
Outras contas a pagar	<b>534</b>	(3.125)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	<b>(1.430)</b>	(6.477)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(1.312)</b>	(3.567)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>79.250</b>	57.743
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	<b>(39.168)</b>	(49.178)
Resgate de aplicações financeiras	<b>55.347</b>	70.748
Aplicações no imobilizado	<b>(288)</b>	(1.659)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<b>15.891</b>	19.911
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<b>(38.616)</b>	(29.168)
Amortização de principal e juros de financiamentos	<b>(45.293)</b>	(48.590)
Pagamento de arrendamentos	<b>(407)</b>	(313)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<b>(84.316)</b>	(78.071)
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	<b>10.825</b>	(417)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	<b>3.770</b>	4.187
No final do exercício	<b>14.595</b>	3.770
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa	<b>10.825</b>	(417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

#### Objeto social

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### Concessões

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 9 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 8 (oito) Linhas de Transmissão e 2 (duas) Subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV - 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I;
- Subestação Garanhuns 500/230 kV – 600 MVA;
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga – Garanhuns C2, circuito simples (218 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Pau Ferro, circuito simples (209 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Campina Grande III, circuito simples (194 km);
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns – Angelim I, circuito simples (12 km);
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por obrigação do contrato de concessão;
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km).
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco;
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional--Continuação

#### Concessões--Continuação

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco:** Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerros, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaíba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba:** Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas:** Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

#### **Contrato de Concessão**

<u>Número</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP(*)</u>	<u>Índice de correção</u>
022/2011	30	09/12/2041	68.900	IPCA

(\*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se demonstrada na Nota 9.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 12 de fevereiro de 2021.

#### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 23.

#### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo de concessão, constituição e análises quanto à realização ou liquidação de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

##### *Contabilização de contratos de concessão*

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

##### *Momento de reconhecimento do ativo financeiro*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

##### *Determinação da taxa de desconto do ativo contratual*

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

##### *Determinação das receitas de implementação de infraestrutura*

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

##### *Determinação dos serviços de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

#### 2.5 Principais práticas contábeis

##### a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

##### b. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Principais práticas contábeis--Continuação

##### b. Reconhecimento de receita--Continuação

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

##### *Receita de implementação da infraestrutura (Receita de construção)*

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativo da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

##### *Receita de remuneração dos ativos de concessão*

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47 (já considerando as orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa implícita de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da concessão (custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC)).

##### *Receita de operação e manutenção*

A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.



## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### **2.5 Principais práticas contábeis--Continuação**

##### **c. Tributos**

###### *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

###### *Imposto de renda e contribuição social - diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Principais práticas contábeis--Continuação

##### c. Tributos--Continuação

###### *PIS e Cofins - diferidos*

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro.

##### d. Taxas regulamentares sobre a receita

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica "Taxas regulamentares" no balanço patrimonial e como deduções da receita na demonstração do resultado.

###### *Reserva Global de Reversão (RGR)*

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

###### *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)*

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Principais práticas contábeis--Continuação

##### d. Taxas regulamentares sobre a receita--Continuação

###### *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

##### e. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado.

##### f. Instrumentos financeiros

###### Ativos financeiros

###### *Classificação e mensuração*

De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

###### *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### 2.5 Principais práticas contábeis--Continuação

##### f. Instrumentos financeiros--Continuação

###### *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado--Continuação*

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao Caixa restrito e aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa.

###### *Custo amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são os equivalentes de caixa (exceto aplicações financeiras) e valores a receber de concessionárias e permissionárias.

###### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Principais práticas contábeis--Continuação

##### f. Instrumentos financeiros--Continuação

###### *Baixa de ativos financeiros (desreconhecimento)*

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

###### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

##### g. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

##### h. Ativo da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### **2.5 Principais práticas contábeis--Continuação**

##### **h. Ativo da concessão--Continuação**

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e ainda orientações contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo da concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção.

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### **2.5 Principais práticas contábeis--Continuação**

##### **h. Ativo da concessão--Continuação**

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGPM.

A Companhia pode ser capaz de determinar uma taxa que reflita as características de crédito da parte que recebesse financiamento no contrato, bem como qualquer garantia prestada pela Companhia ao poder concedente, incluindo ativos transferidos no contrato. A Companhia utiliza taxa implícita de financiamento para desconto do fluxo do ativo de concessão e registra as receitas de financiamento desse fluxo em seu resultado financeiro.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### **2.5 Principais práticas contábeis--Continuação**

##### **i. Imobilizado**

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

##### **j. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

##### **k. Passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

##### **l. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.



## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### 2.5 Principais práticas contábeis--Continuação

##### I. Provisões--Continuação

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

##### m. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia apresenta os juros sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

##### n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas de remuneração dos ativos da concessão no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.5 Principais práticas contábeis--Continuação

##### o. Redução ao valor recuperável

A administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

##### *Ativos financeiros e contratuais*

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

##### *Ativos não financeiros*

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a administração concluiu que não há indicativos de perda de valor e que, portanto, não há necessidade de conduzir os testes de redução ao valor recuperável.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

##### *Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios*

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

##### *Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.*

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não possui relações de hedge de qualquer natureza.

##### *Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material*

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

#### 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--Continuação

##### *Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*

O pronunciamento revisado trouxe alguns novos conceitos, forneceu definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

##### *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento*

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

##### *Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento--Continuação*

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### 2.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

##### *IFRS 17 - Contratos de seguro*

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação**

#### 2.7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

##### *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante*

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Reapresentação dos valores correspondentes

Em decorrência de mudança nas práticas contábeis introduzidas pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, e demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e na NBC TG 26(R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, produzindo os seguintes efeitos no resultado e patrimônio líquido em relação às demonstrações contábeis emitidas anteriormente:

	31/12/2019		01/01/2019
	Resultado	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldos originalmente apresentados	74.458	761.969	699.545
(i) Ajuste do ativo da concessão em decorrência de determinação de taxa implícita de financiamento	1.077	(54.972)	(56.048)
(ii) Impactos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL diferidos sobre o ajuste (i)	(236)	13.429	13.665
	841	(41.542)	(42.383)
Saldos reapresentados	75.299	720.427	657.162

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

	31/12/2019			
	Original	Ajustes		Reapresentado
		(i)	(ii)	
Ativo				
Total do ativo circulante	124.787	-	-	124.787
Não circulante				
Ativo da concessão	1.020.125	(54.972)	-	965.154
Outros ativos não circulantes	14.534	-	-	14.534
Total do ativo não circulante	1.034.659	(54.972)	-	979.688
Total do ativo	1.159.446	(54.972)	-	1.104.475
Passivo				
Total do passivo circulante	56.211	-	-	56.211
Não circulante				
PIS e COFINS diferidos	103.317	-	(5.954)	97.363
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.687	-	(7.475)	44.212
Outros passivos não circulantes	182.262	-	-	182.262
Total do passivo não circulante	341.266	-	(13.429)	327.837
Patrimônio líquido				
Capital social	570.000	-	-	570.000
Reservas de lucros	191.969	(54.972)	13.429	150.427
Total do patrimônio líquido	761.969	(54.972)	13.429	720.427
Total do passivo e patrimônio líquido	1.159.446	(54.972)	-	1.104.475
	01/01/2019			
	Original	Ajustes		Reapresentado
		(i)	(ii)	
Ativo				
Total do ativo circulante	140.074	-	-	140.074
Não circulante				
Ativo da concessão	1.007.501	(56.048)	-	951.453
Outros ativos não circulantes	13.821	-	-	13.821
Total do ativo não circulante	1.021.322	(56.048)	-	965.274
Total do ativo	1.161.396	(56.048)	-	1.105.348
Passivo				
Total do passivo circulante	77.492	-	-	77.492
Não circulante				
PIS e COFINS diferidos	102.134	-	(6.039)	96.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.702	-	(7.626)	56.076
Outros passivos não circulantes	218.523	-	-	218.523
Total do passivo não circulante	384.359	-	(13.665)	370.694
Patrimônio líquido				
Capital social	570.000	-	-	570.000
Reservas de lucros	129.545	(56.048)	13.665	87.162
Total do patrimônio líquido	699.545	(56.048)	13.665	657.162
Total do passivo e patrimônio líquido	1.161.396	-	-	1.105.348

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 3. Reapresentação dos valores correspondentes--Continuação

Exceto pela alteração do lucro líquido do exercício, a demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 originalmente apresentada não sofreu alterações em função dos ajustes realizados, bem como os totais das atividades operacionais, de investimento e de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 também não sofreram alterações.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	2	2
Banco conta movimento	3.546	3.768
Aplicações financeiras	11.047	-
	<u>14.595</u>	<u>3.770</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, na modalidade de Certificado de Depósito Bancário (CDB), com remunerações médias equivalentes a 101,2% da taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas operações possuem liquidez imediata.

### 5. Aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante:		
Fundos de investimentos	-	14.720
	<u>-</u>	<u>14.720</u>

A Companhia concentrava as suas aplicações financeiras no Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI, constituído para investimento exclusivo pela CTEEP para suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI, cujo rendimento aproxima-se de 100% do CDI.

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2019 refletia principalmente aplicações em operações compromissadas em títulos públicos federais, letras financeiras, debêntures, CDB pós-fixado e depósitos à vista.

### 6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Encargos de uso da transmissão a receber	9.751	7.675
	<u>9.751</u>	<u>7.675</u>



## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 7. Caixa restrito

O saldo de caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculadas ao financiamento da Companhia junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do caixa restrito é R\$ 10.873 (R\$ 11.560 em 31 de dezembro de 2019).

### 8. Tributos a recuperar e a recolher

	2020	2019
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	1.241	1.078
IRPJ e CSLL estimativa	-	923
IRPJ retido na fonte	763	495
CSLL retido na fonte	45	37
PIS retido na fonte	11	12
COFINS retido na fonte	53	54
PIS recolhido a maior	-	29
COFINS recolhido a maior	-	134
IRPJ recolhido a maior	-	309
IRPJ saldo negativo	-	3.405
CSLL recolhido a maior	67	304
CSLL saldo negativo	-	1.377
Outros tributos a recuperar	25	25
	<b>2.205</b>	<b>8.182</b>
Passivo		
Circulante:		
CSLL a recolher	92	1.194
PIS a recolher	177	144
COFINS a recolher	810	664
ISS retido na fonte	92	108
Outros tributos a recolher	43	58
	<b>1.214</b>	<b>2.168</b>

### 9. Ativo da concessão

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(reapresentados)
Ativo contratual			
Implementação da infraestrutura (b)	1.075.985	1.049.173	1.037.141
Ativo financeiro			
Serviços de O&M (a)	1.949	3.395	1.726
	<b>1.077.934</b>	<b>1.052.568</b>	<b>1.038.867</b>
Circulante	<b>(83.569)</b>	<b>(87.415)</b>	<b>(87.414)</b>
Não circulante	<b>994.365</b>	<b>965.153</b>	<b>951.453</b>

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 9. Ativo da concessão--Continuação

- (a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- (b) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Saldo inicial	1.052.568	1.038.867	1.147.354
Adoção do CPC 47	-	-	(148.043)
Remuneração dos ativos da concessão (Nota 18)	<b>113.986</b>	96.927	122.859
Receita de infra-estrutura (Nota 18)	<b>1.949</b>	3.395	1.726
Receita de O&M (Nota 18)	<b>14.575</b>	7.805	12.965
Receita financeira	<b>497</b>	1.077	-
Realização do ativo financeiro (RAP)	<b>(105.640)</b>	(95.502)	(97.994)
Saldo final	<b>1.077.934</b>	1.052.568	1.038.867
Circulante	<b>(83.569)</b>	(87.415)	(87.414)
Não circulante	<b>994.365</b>	965.153	951.453

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União – Poder Concedente e a Companhia. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados assim como estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo contratual por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 9. Ativo da concessão--Continuação

A infraestrutura construída da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

### 10. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, além de valores de parcela variável a pagar ao Operador Nacional do Sistema, e está assim representado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<b>3.405</b>	4.279
Parcela variável a pagar	<b>6.563</b>	6.563
	<b>9.968</b>	10.842

### 11. Empréstimos e financiamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Moeda Nacional		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1)		
Principal	<b>186.589</b>	219.437
Encargos	<b>472</b>	577
	<b>187.061</b>	220.014
(-) Custos de transação	<b>(336)</b>	(383)
	<b>186.725</b>	219.631
Circulante	<b>(33.294)</b>	(33.399)
Não circulante	<b>153.431</b>	186.232

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

Parcela	Valor original	Indexador	Spread (% a.a.)
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,50
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	N/A

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão n° 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e são amortizados conforme prazo de vencimento dos empréstimos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:	2020	2019
2021	-	32.923
2022	32.885	32.923
2023	28.116	28.241
2024	18.576	18.500
2025	18.576	18.500
Após 2025	55.278	55.145
	<b>153.431</b>	<b>186.232</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim representada:

	2020	2019
Saldo inicial	219.631	251.923
Juros incorridos	12.388	16.298
Amortização de principal e juros	(45.293)	(48.590)
Saldo final	<b>186.725</b>	<b>219.631</b>

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 12. Outras contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Indenizações a pagar	5.210	5.697
Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE)	4.029	3.018
Outras contas a pagar	11	-
	<u>9.250</u>	<u>8.715</u>

### 13. PIS e Cofins diferidos

As contribuições de PIS e Cofins incidem sobre a receita de implementação e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo financeiro. O total destes tributos é R\$ 99.709 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 97.363 em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo financeiro, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

### 14. Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	88.887	69.052
Alíquota nominal vigente de IR e CSLL	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	<u>(30.222)</u>	<u>(23.478)</u>
Adições (exclusões), líquidas	34.560	21.276
Incentivo fiscal	(5.808)	(3.415)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.470)	(5.617)
Diferido	<u>(12.085)</u>	<u>11.864</u>
	<u>(13.555)</u>	<u>6.247</u>
Alíquota efetiva	15%	9%

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação de construção e receita financeira (ICPC 01) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto no artigo nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700 e Lei nº 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 56.298 (R\$ 44.212 em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado).

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 15. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são calculados levando em consideração a taxa efetiva de 15,25% até o exercício de 2025, quando termina o incentivo fiscal da Companhia. Após isto, a taxa efetiva passa para 34%.

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
IRPJ	46.388	41.649	43.715
CSLL	9.910	2.563	12.361
	<b>56.928</b>	<b>44.212</b>	<b>56.076</b>

### 16. Provisão para contingências

A Companhia possui em andamento ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia e processos administrativos de cobrança indevida do diferencial de alíquota do ICMS na SEFAZ-PE em 31 de dezembro de 2020, que totalizam aproximadamente R\$ 7.114 (R\$ 6.529 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Processo nº 0001588-41.2013.4.05.8300 e 0003061-62.2013.4.05.8300 – Ação movida pela Usina Petribú S/A em face de indenização das servidões para passagem das linhas de transmissão, no montante de R\$ 5.544.
- (ii) Processo nº 07.26232.0.19 – Ação movida pela Prefeitura do Recife em face da não retenção e recolhimento de ISS Fonte, no montante de R\$ 1.097.

### 17. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$ 600.000.

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### a) Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
<u>Acionista</u>		
CTEEP	290.700	51%
CHESF	279.300	49%
	<u>570.000</u>	<u>100%</u>

#### b) Reservas de lucros:

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerá à disposição dos acionistas para futuras destinações
- (iv) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77).

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 17. Patrimônio líquido--Continuação

#### c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019 (*)</b>
Lucro líquido do exercício	<b>75.331</b>	74.458
(-) Reserva legal	<b>(3.767)</b>	(3.723)
(-) Reserva de incentivo fiscal	<b>(5.808)</b>	(3.415)
Base de cálculo	<b>65.756</b>	67.320
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>16.439</b>	16.830

(\*) Montantes calculados e aprovados em assembleia de acionistas antes dos ajustes comentados na Nota 3.

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial	-	17.134
Dividendos aprovados anos anteriores	<b>38.616</b>	12.034
Dividendos pagos	<b>(38.616)</b>	(29.168)
Saldo final	<b>16.439</b>	-

### 18. Receita operacional líquida

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional		(reapresentado)
Remuneração dos ativos da concessão (a) (Nota 9)	<b>113.986</b>	96.927
Receita de infraestrutura (b) (Nota 9)	<b>1.949</b>	3.395
Receita de operação e manutenção (c) (Nota 9)	<b>14.575</b>	7.805
	<b>130.510</b>	108.127
Deduções da receita operacional		
PIS	<b>(2.159)</b>	(2.006)
Cofins	<b>(9.945)</b>	(9.240)
ISS	-	(3)
ICMS	<b>(43)</b>	(4)
Taxas regulamentares (RGR, P&D e TFSEE)	<b>(4.019)</b>	(3.840)
	<b>(16.166)</b>	(15.093)
Receita operacional líquida	<b>114.343</b>	93.034



## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 18. Receita operacional líquida--Continuação

(a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa implícita do negócio, estabelecida no início dos contratos/projetos.

(b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada a implementação da infraestrutura sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Houve diminuição das despesas classificadas como investimentos no empreendimento.

(c) Receita de operação e manutenção

A receita de Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias. Houve reajuste da RAP conforme cláusula do contrato de concessão em julho de 2020.

### 19. Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	<b>(5.507)</b>	(5.495)
Materiais	<b>(271)</b>	(565)
Serviços de terceiros	(a) <b>(1.984)</b>	(4.101)
Amortização do direito de uso	(b) <b>(128)</b>	(169)
Gastos diversos	<b>(987)</b>	(919)
Custos dos serviços de infraestrutura	(c) <b>(2.095)</b>	(3.081)
	<b>(10.971)</b>	<b>(14.329)</b>

(a) A Companhia encerrou contratos de mão-de-obra terceirizada durante o exercício corrente para efetuar a contratação de mão-de-obra própria.

(b) A Companhia reconheceu os impactos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos para suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Desse modo, optou por não reapresentar suas informações intermediárias daquele exercício.

(c) A Companhia registrou menor volume de custos classificados como investimentos ao empreendimento no exercício corrente.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 20. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Pessoal	<b>(2.548)</b>	(2.421)
Materiais	<b>(96)</b>	(54)
Serviços de terceiros	<b>(731)</b>	(1.297)
Amortização do direito de uso	<b>(278)</b>	(121)
Gastos diversos	<b>(768)</b>	(321)
	<b>(4.421)</b>	(4.214)

- (a) A Companhia reconheceu os impactos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos para suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Desse modo, optou por não reapresentar suas informações intermediárias daquele exercício.
- (b) A Companhia reconheceu despesas de ICMS sobre operações de venda de sucata realizadas ao longo do exercício de 2020.

### 21. Outras receitas operacionais, líquidas

	2020	2019
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	-	112
Créditos extemporâneos de IRPJ e CSLL	-	6.893
Receita de compartilhamento de instalações	<b>877</b>	-
Outros resultados operacionais	<b>154</b>	973
	<b>1.031</b>	7.978

### 22. Receita e despesa financeira

	2020	2019
Receitas financeiras		(reapresentado)
Receita de aplicações financeiras	<b>898</b>	2.483
Tributos sobre a receita financeira	<b>(48)</b>	(168)
Receita financeira sobre o ativo da concessão	<b>511</b>	1.077
Outras receitas financeiras	<b>126</b>	1.164
	<b>1.487</b>	4.556
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	<b>(12.388)</b>	(16.298)
Encargos sobre arrendamento	<b>(20)</b>	(12)
Outros	<b>(175)</b>	(1.662)
	<b>(12.583)</b>	(17.972)
Resultado financeiro	<b>(11.096)</b>	(13.416)

- (a) Os saldos de rendimentos de aplicações financeiras acompanham a rentabilidade das operações da Companhia. Durante o exercício corrente, as aplicações financeiras da Companhia possuem rendimento de 101,2%, conforme divulgado na Nota 4.

## **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro**

#### **a) Instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados por: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, ativo da concessão, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

#### **b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal propósito dos empréstimos e financiamentos é captar recursos para as operações da Companhia.

A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

##### Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### Sensibilidade a taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

Instrumento/operação	Índice	Taxa provável	Risco	Cenário atual	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	2,75%	Redução do CDI	898	(224)	(449)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	4,55%	Alta da TJLP	(12.331)	(3.083)	(6.166)
Resultado projetado				<u>(11.433)</u>	<u>(3.307)</u>	<u>(6.615)</u>

##### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

## Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

### 23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

##### **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

##### **Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### 24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas subestações de transmissão de energia elétrica, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A vigência da apólice de seguros é de 19 de dezembro de 2020 a 19 de dezembro de 2021.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada a seguir:

<u>Finalidade do seguro</u>	<u>Limite máximo de garantia</u>
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	65.407

\* \* \*